



**Eixo Temático: A produção da cidade: os desafios da reestruturação do espaço urbano**

**A segurança pública como fator de desenvolvimento regional em Campos dos Goytacazes/RJ**

*Public security as a factor in regional development in Campos dos Goytacazes/RJ.*

*La seguridad pública como factor de desarrollo regional en Campos dos Goytacazes/RJ.*

## **RESUMO:**

A segurança pública é fator preponderante no desenvolvimento regional em Campos dos Goytacazes/RJ. Ao perceber ser esse fator de grande relevo para sua economia, a cidade vem adotando políticas públicas para ilidir seus altos índices de violência. Situado no Norte Fluminense, Região Sudeste do Brasil, Campos dos Goytacazes tem uma população estimada de 483.551 habitantes, tornando-se a quinta cidade mais populosa do estado do Rio de Janeiro e a 42ª no ranking brasileiro de acordo com o Censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com uma extensão territorial de 4.032,5 quilômetros quadrados, é o município de maior área do estado. A cidade abriga importantes instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, e é reconhecida como um polo acadêmico na região. Em 2013, o município registrou o sétimo maior Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e mantém-se até hoje como o segundo maior do estado do Rio de Janeiro. Destaca-se ainda por ter alcançado o maior PIB per capita entre os municípios não capitais do País naquele ano. Do ponto de vista geográfico, Campos dos Goytacazes apresenta uma densidade populacional de aproximadamente 119,9 habitantes por quilômetro quadrado. O clima é tropical, com uma temperatura média anual de 22,7 °C. A cidade está situada a uma altitude de 14 metros e segue o fuso horário da hora de Brasília (UTC-3). No que diz respeito aos indicadores socioeconômicos, o município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado alto, com valor de 0,716 conforme registrado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2010. Em relação ao PIB, Campos registrou, em 2016, um montante de R\$ 17.283.381,86 mil, ocupando a nona posição no ranking nacional. O PIB per capita foi estimado em R\$ 35.475,94.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência; Campos dos Goytacazes; Segurança.

## **SUMMARY**

*Public security is a preponderant factor in regional development in Campos dos Goytacazes/RJ, which, realizing that this factor is of great importance for its economy, has been adopting public policies to combat its high levels of violence. In Campos dos Goytacazes, a municipality located in the interior of the state of Rio de Janeiro, in the Southeast Region of Brazil. Located in the North Fluminense region, the municipality has an estimated population of 483,551 inhabitants, making it the fifth most populous city in the state of Rio de Janeiro and the 42nd in the ranking of Brazilian cities, according to the 2022 Census carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). With a territorial extension of 4,032.5 square kilometers, Campos dos Goytacazes is the municipality with the largest area in the state. The city is home to important higher education institutions, both public and private, and is recognized as an academic hub in the region. In 2013, the municipality recorded the seventh largest Gross Domestic Product (GDP) in Brazil, and to this day it remains the second largest in the state of Rio de Janeiro. It also stands out for having achieved the highest GDP per capita among non-capital municipalities in the country that year. From a geographic point of view, Campos dos Goytacazes has a population density of approximately 119.9 inhabitants per square kilometer. The climate is tropical, with an average annual temperature of 22.7 °C. The city is located at an altitude of 14 meters and follows the Brasilia time zone (UTC-3). With regard to socioeconomic indicators, the municipality has a Human Development Index (HDI) considered high, with a value of 0.716 as recorded by the United Nations Development Program (UNDP) in 2010. In relation to GDP, the municipality recorded in 2016 an amount of R\$ 17,283,381.86 thousand, occupying ninth position in the national ranking. GDP per capita was estimated at R\$35,475.94.*

**KEYWORDS:** Violence; Campos dos Goytacazes; Security.

## 1 INTRODUÇÃO

A presença da violência ao longo da história da humanidade é inegável, remontando aos primórdios da civilização. Em um cenário de luta pela sobrevivência, conquista de território, busca por recursos alimentares e defesa dos membros de grupos primitivos, sua existência representava muitas vezes o único instrumento disponível. Em um contexto carente de estruturas político-sociais sofisticadas, ela emergia como uma resposta necessária para enfrentar os desafios brutais da vida, moldando as primeiras interações humanas. Embora a sociedade tenha evoluído consideravelmente desde então, esse legado histórico ainda influencia e complexifica a compreensão contemporânea da violência como um fenômeno multifacetado.

Thomas Hobbes (1651), em sua seminal obra *Leviatã*, descreveu vividamente o estado de natureza como uma circunstância onde a vida do homem era “solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta”, marcada por uma guerra constante de todos contra todos. Essa visão sombria refletia a realidade de um mundo onde conflitos, rivalidades e a busca por recursos escassos eram a norma.

Desde então, a humanidade tem testemunhado uma série de transformações sociais, políticas e culturais, mas a violência persiste, muitas vezes adaptando-se às circunstâncias contemporâneas. Dos tumultos nas ruas à opressão estatal, dos conflitos armados internacionais às agressões individuais, ela assume diversas formas e contextos, desafiando as aspirações da civilização. No entanto, é importante destacar que, mesmo diante desse cenário, também vemos o potencial para a empatia, a cooperação e o progresso. A história da humanidade não é apenas uma narrativa de destruição, é também um caminho de resiliência e superação. A busca por soluções pacíficas, o estabelecimento de sistemas legais e a promoção dos direitos humanos são indicativos de um desejo contínuo de transcender nossos impulsos agressivos. A complexa interação entre hostilidade e sociedade, portanto, permanece um desafio central na jornada da humanidade em direção a um futuro mais justo e pacífico.

A violência desempenha um papel profundo e multifacetado na formação da cultura, economia, política e nas dinâmicas das relações sociais

(ZALUAR, 2004). Ela molda a cultura ao estabelecer normas de conduta, muitas vezes perpetuando ciclos de agressão como um meio aceitável de resolução de conflitos. Economicamente, o comportamento criminoso pode afetar negativamente o desenvolvimento ao criar um ambiente de medo que desencoraja o investimento e mina a produtividade; no âmbito político, tem poder de distorcer processos democráticos, minar a governança e fomentar regimes autoritários em busca de controle e estabilidade. Além disso, ela influencia nossas relações societárias, levando à desconfiança, segregação e ao isolamento de comunidades afetadas pela violência. Sérgio Adorno (2002) menciona que a presença dela no contexto brasileiro é intrínseca a um complexo cenário sócio-histórico, estando entrelaçada com a crise do sistema de segurança pública, o agravamento das disparidades na sociedade e o não cumprimento dos direitos estabelecidos pelo Estado Democrático de Direito.

Tal ato de agressão exerce uma influência profunda na subjetividade dos indivíduos, especialmente quando se trata da insegurança ao acessar áreas urbanas detentoras de uma representação negativa, muitas vezes alimentada por estatísticas de atentados e hostilidades e pela constante cobertura midiática desses eventos. Caldeira (2003) cita que os cidadãos passam a falar sobre crimes e atos violentos cometidos nos espaços onde residem e acessam para consumo e trabalho. A violência urbana torna-se o centro dos assuntos tecidos pelas pessoas em suas interações sociais orientando, dessa forma, suas vidas cotidianas. E, segundo a autora, há um comparativo com um modo de vida anterior, essas “discussões sobre o medo do crime revelam a angústia que se gera quando as relações sociais não mais podem ser decodificadas e controladas de acordo com antigos critérios” (Caldeira, 2003, p. 55). O medo resultante desse cenário passa a moldar comportamentos, afetando padrões de consumo e gerando um impacto significativo nas dinâmicas das relações sociais e na economia de uma cidade. Portanto, a violência transcende suas manifestações físicas, penetrando profundamente na psicologia coletiva e nas estruturas sociais de uma comunidade.

Diante de um quadro urbano gerador de medo, a importância das políticas públicas no campo da segurança pública se torna fundamental. Tais ações desenvolvidas pelos governos desempenham um papel crucial na promoção da tranquilidade e do bem-estar das comunidades, bem como na

prevenção e no combate à criminalidade. Essas políticas podem abranger uma ampla gama de estratégias, desde o fortalecimento das forças policiais e investimentos em tecnologia de segurança até a implementação de programas sociais e educacionais que visam abordar as causas subjacentes de comportamentos criminosos.

Algumas políticas públicas têm baixa elasticidade, ou seja, encontram pouca responsividade no comportamento criminoso e, assim, se traduzem em desperdício de recursos. Conforme a literatura estudada, ao olharmos para o Brasil, seriam exemplos de políticas desse tipo contratar mais policiais sem alterar a forma de atuar da polícia, investir em produtividade policial sem construir mais presídios, construir mais presídios e continuar a prender mais pessoas por crimes não violentos, aplicar mais penas alternativas sem investir em monitoramento, aumentar penas e criminalizar mais condutas sem investir no aumento da produtividade policial e na capacidade de aprisionamento etc. (ODON, 2018, p. 56)

Este artigo é o resultado de estudos preliminares de uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Candido Mendes sobre os impactos dos índices de violência no desenvolvimento regional em Campos dos Goytacazes, cidade situada na Região Norte do estado do Rio de Janeiro.

Em 2016, a organização Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal do México divulgou uma lista das cidades mais violentas com mais de 300 mil habitantes, colocando Campos na 19ª posição, o que muito assustou sua população, transformando-se em um tema significativamente explorado pelos veículos midiáticos. Embora os números da criminalidade urbana nessa localidade tenham apresentado expressivas mudanças positivas, a proliferação do medo e da insegurança nesse seu espaço ainda é uma questão a ser combatida através de políticas públicas eficazes no âmbito da segurança pública.

O presente estudo adota uma perspectiva metodológica combinando elementos da pesquisa qualitativa e quantitativa. Para a coleta de dados quantitativos, foram utilizados dados secundários já disponíveis, como relatórios oficiais de segurança pública, bases socioeconômicas e estatísticas regionais. “Esses dados podem abranger uma variedade de tópicos relevantes para o estudo, como estatísticas demográficas, indicadores socioeconômicos, registros de saúde, dados educacionais e informações ambientais” (SEVERINO, 2017,

p. 149). Essa abordagem visa obter uma compreensão mais completa e abrangente do fenômeno em estudo, explorando tanto as dimensões subjetivas e contextuais quanto as dimensões numéricas e estatísticas. A integração desses enfoques permite uma análise mais profunda e enriquecedora, fornecendo insights complementares e promovendo uma visão mais abrangente do objeto de pesquisa.

O objetivo do artigo é investigar a relação entre o desenvolvimento regional e a segurança pública, de modo a verificar a existência ou não de uma íntima relação entre os índices de criminalidade e violência e o desenvolvimento regional no território em estudo. Na primeira seção, será feito um estudo teórico a respeito da violência urbana e seus impactos na vida dos moradores de uma cidade. Na seção seguinte, apresentaremos um panorama histórico e econômico da área estudada. Na terceira seção, uma análise dos dados disponíveis sobre os comportamentos criminosos em Campos dos Goytacazes e seus impactos no desenvolvimento regional. Por fim, as considerações desta pesquisa ainda em fase de desenvolvimento.

## **2 A VIOLÊNCIA URBANA E SUAS IMPLICAÇÕES**

O Estado desempenha um papel central na criação e manutenção de um ambiente de convivência harmonioso dentro da sociedade. Ele estabelece leis e regulamentos, a fim de orientar as interações entre indivíduos e instituições, buscando equilibrar interesses diversos e garantir o respeito dos direitos de todos. “O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território — este, o 'território', faz parte de suas características —, reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima” (WEBER, 1982, p. 98). Essa visão de Weber enfatiza a necessidade de um Estado forte e funcional para assegurar a segurança e a paz dentro de uma sociedade, protegendo assim os direitos e interesses dos cidadãos.

O conceito de “monopólio legítimo da violência” proposto por Max Weber (1982) ressalta a centralidade do Estado como a única entidade autorizada a praticar a violência de maneira legal e legítima em uma sociedade. Isso significa que agentes do Estado, como policiais e militares, têm o direito e a

responsabilidade de usar a força quando necessário para manter a ordem pública, proteger as pessoas e aplicar a lei. Em contraste, o sujeito comum não tem a mesma autorização legal para proteger-se de ataques criminosos por meio da força, exercendo a violência de forma unilateral.

Os seres humanos podem manifestar uma ampla gama de comportamentos, muitos dos quais relacionados às emoções, incluindo atitudes agressivas. No entanto, o que se conceitua comportamento violento e sujeito a desestímulo e punição pelo Estado é determinado pelas leis vigentes em uma sociedade. “É verdade que é a sociedade que define, em função de seus interesses próprios, o que deve ser considerado como crime: este, portanto, não é natural” (FOUCAULT, 1987, p. 87). As leis estipulam padrões claros para o considerado comportamento violento e estabelecem consequências legais para seus praticantes. Tais leis são projetadas para proteger os direitos e a segurança dos cidadãos, bem como para manter a ordem na sociedade.

Segundo Zaluar (1999), é difícil definir substantivamente um ato como violento, em razão de esta percepção variar cultural e historicamente. O sentido e o foco da ação agressiva são as “sensibilidades mais ou menos aguçadas para o excesso no uso da força corporal ou de um instrumento de força, o conhecimento maior ou menor dos seus efeitos maléficis, seja em termos do sofrimento pessoal ou dos prejuízos à coletividade” (ZALUAR, 1999, p. 8). O termo violência vem do latim *violentia* que remete a vigor, emprego de força física ou dos recursos do corpo para exercer sua força vital. Essa valentia torna-se um comportamento criminoso quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica.

A agressividade e a hostilidade têm sido uma constante na história da humanidade, sendo utilizadas por diferentes motivos e em defesa de diversas causas. No entanto, o que se observa nas sociedades contemporâneas não se pode simplesmente compreender como uma ampliação ou repetição do mesmo fenômeno ao longo da história. Na atualidade, a violência assume significados diferentes em relação às épocas passadas e se torna específica para espaços socioculturais distintos. Sua mudança de sentido na contemporaneidade pode ser atribuída a uma série de fatores, como o desenvolvimento tecnológico, o

aumento da globalização e a evolução dos sistemas políticos e econômicos. Essas transformações influenciam a maneira como ela é exercida, suas motivações e consequências acarretadas. Portanto, é essencial compreendê-la e analisá-la na contemporaneidade a partir de um olhar crítico e multidisciplinar, buscando entender suas complexidades e propor soluções efetivas para combatê-la.

O aumento da violência no Brasil se tornou uma preocupação crescente a partir da década de 1980, marcando um ponto de inflexão significativo na segurança pública do País. Durante esse período, uma série de fatores — incluindo o crescimento descontrolado das áreas urbanas, a desigualdade econômica persistente, a expansão do tráfico de drogas e a deterioração das condições sociais — contribuiu para o agravamento dos índices de criminalidade. Sua escalada nas décadas seguintes envolveu uma variedade de crimes, desde homicídios até assaltos e crimes contra a propriedade gerando desafios complexos para as autoridades brasileiras e impactando a qualidade de vida da população em várias regiões do País. Esse aumento contínuo da violência desde os anos 1980 tornou a segurança pública uma das questões mais prementes e debatidas no Brasil contemporâneo.

Outro processo profundamente marcante na sociedade brasileira e especialmente suas regiões metropolitanas a partir de 1980 é o aumento do crime violento. Esse crescimento obviamente acrescenta insegurança às já intensas ansiedades da população relacionadas à inflação, ao desemprego e a uma transformação política afetando as configurações tradicionais de poder e expandindo os direitos de cidadania. Discussões sobre o medo da criminalidade revelam a angústia gerada quando as relações sociais não mais podem ser decodificadas e controladas de acordo com antigos critérios.

Embora haja certamente muitos aspectos positivos na desintegração de velhas relações de autoridade e poder no Brasil, fica claro que muitos grupos sociais reagiram negativamente à ampliação da arena política e à expansão dos direitos. Esses grupos encontraram no problema criminal uma forma de articular sua oposição. O universo criminal — incluindo não só a fala da transgressão das leis e o medo, mas também o crescimento da violência, o fracasso das instituições da ordem, especialmente a polícia e o sistema judiciário, a privatização da segurança e da justiça e o contínuo cercamento e segregação

das cidades — revela de forma sintética e marcante o caráter disjuntivo da democracia brasileira.

A sensação de perigo e insegurança no Brasil começou a ganhar destaque desde 1980. Durante esse período, uma série de fatores — como o aumento da delinquência, o crescimento das áreas urbanas, a desigualdade socioeconômica persistente e a disseminação do tráfico de drogas — contribuiu para a percepção generalizada de que a segurança pessoal estava em declínio. Todo esse cenário afetou não apenas as estatísticas de crime como também a qualidade de vida das comunidades no País. O medo da violência passou a ser uma realidade cotidiana para muitos brasileiros, moldando suas escolhas e comportamentos e gerando uma demanda crescente por políticas de segurança pública mais eficazes e estratégias de prevenção da criminalidade. Desde então, essa questão tornou-se um tema central nos debates políticos e sociais do Brasil.

O sociólogo Sérgio Adorno destaca quatro significativas tendências emergentes durante esse período: em primeiro lugar, um aumento notável na delinquência urbana, especialmente nos crimes contra o patrimônio e nos homicídios dolosos; em segundo, o surgimento de uma criminalidade organizada, notadamente ligada ao tráfico internacional de drogas, redesenhando os tradicionais perfis de delinquência; em terceiro lugar, a ocorrência de graves violações dos direitos humanos; e, por fim, a explosão de conflitos nas relações interpessoais. Essas tendências, embora interligadas em certa medida, têm raízes em causas não necessariamente congruentes, desencadeando uma série de estudos que buscam entender as complexas razões subjacentes a esse fenômeno (ADORNO, 2002).

Para Pinheiro e Almeida (2003), a violência urbana subverte e desvirtua a função das cidades, drena recursos públicos, já escassos, ceifa vidas — especialmente a dos jovens e dos mais pobres —, dilacera famílias, modificando nossa existência dramaticamente para pior. Seus impactos transcendem simples estatísticas, não se limitando apenas aos danos físicos e materiais, mas também minando o tecido social das comunidades afetadas. Essa erosão resulta em um aumento do medo, da desconfiança e da fragmentação das relações interpessoais, enfraquecendo os laços comunitários. Além disso, ela exerce pressão sobre os sistemas de saúde e

educação, sobrecarregando recursos já escassos. Isso destaca a necessidade urgente de discutir a redução dos índices de criminalidade, a reconstrução das relações sociais e a promoção de políticas visando à prevenção da violação das leis, enquanto abordam suas raízes socioeconômicas e culturais.

Os atos violentos acarretam um efeito profundamente prejudicial ao comércio, particularmente nos centros antigos das cidades onde muitas vezes se abrigam mercados e comércio popular. A presença constante de crimes, como roubos e furtos, afasta não apenas os consumidores, mas também os próprios comerciantes, que enfrentam um ambiente de negócios cada vez mais hostil. A sensação de insegurança e a falta de proteção desencorajam o estabelecimento de novos negócios e prejudicam o desenvolvimento econômico dessas áreas citadinas. Além disso, os custos adicionais relacionados à segurança, como sistemas de vigilância e seguros, podem sobrecarregar financeiramente os comerciantes, tornando seus negócios menos viáveis. Em resumo, o impacto da violência no comércio, especialmente em áreas históricas de comércio popular, é profundo e negativo, resultando na desaceleração econômica dessas regiões e na erosão do patrimônio cultural que muitas vezes as define.

O fenômeno de atitudes agressivas e o sentimento de insegurança têm adquirido uma relevância cada vez maior em cidades de diferentes tamanhos, incluindo as pequenas e até mesmo as áreas rurais que estão se aproximando ou, em alguns casos, até superando os níveis observados em centros urbanos maiores. É notável a aceitação da existência de atos brutais na sociedade ter-se difundido amplamente, independentemente de aumentos efetivos nos índices de violência, do tamanho do lugar em questão, de sua localização próxima ou distante das capitais ou das principais metrópoles. Esse acontecimento reflete uma complexa interação entre a percepção do público sobre a segurança e a realidade objetiva da criminalidade. A disseminação de insegurança sugere que ações violentas em cidades não são apenas uma questão local, mas também um reflexo de preocupações sociais e políticas mais amplas. A compreensão desse fenômeno requer uma análise cuidadosa das dinâmicas sociais, econômicas e políticas que o impulsionam, bem como das estratégias para lidar com suas consequências em diferentes contextos citadinos e rurais.

Tais episódios de agressividade proporcionam, lamentavelmente, uma demanda crescente por serviços relacionados à proteção. Empresas de segurança privada, equipes de segurança pessoal e sistemas de monitoramento têm experimentado um aumento significativo em sua clientela, devido ao sentimento generalizado de inquietação nas áreas urbanas. O setor de segurança lucra com a crescente necessidade de salvaguarda pessoal e patrimonial, refletindo não apenas as preocupações com a violência, mas também a busca por soluções que ofereçam um senso de tranquilidade em um ambiente cada vez mais tenso.

Os shopping centers, como centros comerciais com uma variedade de lojas e serviços sob um mesmo teto, também capitalizam sobre as complexas dinâmicas de hostilidades ocorridas. A insegurança percebida nas áreas citadinas, especialmente em centros históricos e regiões tradicionais de comércio popular, tem impellido um contingente significativo de consumidores a buscar refúgio nos espaços controlados e seguros proporcionados por shopping centers. O aumento da violência nas ruas muitas vezes estimula a migração de consumidores para esses estabelecimentos onde a segurança é privatizada e, em muitos casos, reforçada por sistemas de vigilância avançados e pessoal de segurança treinado. Isso gera uma vantagem competitiva para os shoppings em relação aos negócios localizados em áreas metropolitanas mais vulneráveis a atos violentos, resultando em um incremento nas vendas e no lucro desses empreendimentos. Ao mesmo tempo, essa migração para ambientes controlados pode contribuir para o declínio dos centros urbanos históricos e acentuar as disparidades socioeconômicas nas cidades, gerando um ciclo complexo de impactos urbanos e econômicos associados ao tema aqui abordado.

A análise da violência, conforme delineada por Pedrazzini (2006), transcende a mera observação de eventos isolados, adentrando em um sistema socioespacial dinâmico que deve ser compreendido em sua complexidade. Nesse contexto, dois pilares fundamentais emergem como elementos estruturantes: a economia liberal globalizada e a cidade, configurada como o modelo ambiental hegemônico da contemporaneidade. Estes elementos, por sua vez, interagem de maneira intrincada e interdependente, contribuindo para a formação de um cenário difícil de violência nessa área.

O primeiro desses pilares, a economia liberal globalizada, é marcado por uma lógica de mercado que transcende fronteiras nacionais. Em um mundo cada vez mais interconectado, o fluxo de capitais, mercadorias e informações adquire uma velocidade e alcance sem precedentes. No entanto, esse sistema econômico muitas vezes resulta em desigualdades profundas, exacerbando as disparidades socioeconômicas e aumentando a marginalização de comunidades vulneráveis nas metrópoles. Em paralelo, elas emergem como o epicentro desse processo, configurando-se como o modelo ambiental hegemônico. Tais lugares se expandem e se transformam sob a influência da economia globalizada, levando a uma fragmentação do território urbano. Essa divisão não apenas reflete a segregação socioespacial, mas também cria espaços de exclusão e marginalização onde o acesso a serviços essenciais, como educação e saúde, é limitado.

Essa dinâmica socioespacial não é apenas um reflexo das desigualdades econômicas, também alimenta a criminalidade da pobreza, um dos componentes políticos identificados por Pedrazzini (2006). A exclusão social e a falta de oportunidades resultam em uma via criminal crescente em áreas carentes onde a presença do Estado muitas vezes é frágil, originando uma dinâmica perigosa de vulnerabilidade social.

### **3 CAMPOS DOS GOYTACAZES ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA**

Campos dos Goytacazes, a maior cidade em extensão do estado do Rio de Janeiro, abrange uma área impressionante de aproximadamente 4.028 quilômetros quadrados. Localizada a cerca de 280 quilômetros da capital do estado, ela assume uma importância estratégica na Região Norte Fluminense. Com uma população de mais de 500.000 habitantes, Campos desempenha um papel central para toda a região, servindo como um hub vital para cidades circundantes em diversos aspectos, incluindo serviços de saúde, instituições de ensino superior, entretenimento, como cinemas, e uma ampla gama de serviços voltados para uma população diversificada e em constante crescimento.

A economia dessa metrópole é marcada por uma diversificação de setores que desempenham papéis cruciais no desenvolvimento local. Historicamente, o setor agropecuário teve um peso significativo, com a

produção de cana-de-açúcar e café sendo tradicionalmente fundamentais para a região. No entanto, nas últimas décadas, a localidade passou por uma transição econômica, impulsionada pela exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos. Isso tornou o setor de energia uma pedra angular da economia, com a presença de refinarias, empresas de serviços petrolíferos e uma infraestrutura portuária que facilita o transporte de petróleo e derivados. Além disso, o comércio e os serviços desempenham um papel crescente financeiramente, refletindo seu crescimento populacional e sua urbanização. A diversificação econômica tem sido uma estratégia importante para Campos, permitindo uma maior resiliência frente às flutuações nessa área e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

A Bacia de Campos, com sua significativa produção de petróleo e gás, executa um papel fundamental na economia da região em estudo. Localizada ao largo da costa da cidade, essa bacia marítima é reconhecida como uma das mais prolíficas do Brasil em termos de exploração de hidrocarbonetos, tornando-a um polo crucial para a indústria petrolífera do País (SOUZA; TERRA, 2015). A Bacia de Campos, já era conhecida por suas reservas potenciais de petróleo, no entanto, a confirmação da existência de petróleo comercialmente viável ocorreu com a perfuração do poço denominado “Baleia Franca 1” em 1977. Este poço de exploração foi operado pela Petrobras, empresa estatal brasileira de petróleo. Como resultado, Campos ocupa uma posição de destaque na economia nacional, sendo um importante centro de operações para empresas relacionadas ao setor de petróleo e gás, contribuindo substancialmente para a geração de empregos e o crescimento econômico do Brasil.

Para o filósofo Henri Lefebvre (2001), a cidade não é apenas uma coleção de edifícios e infraestrutura, mas um espaço social múltiplo onde a vida cotidiana se desenrola. Esse tipo de análise se faz necessária para um entendimento da complexa relação entre espaço urbano e economia que se desenha em Campos dos Goytacazes. Sua imagem baseada apenas nos seus índices econômicos mascara uma série de contradições e distâncias sociais no acesso e consumo da população nas suas diferentes regiões. Segundo Lefebvre (2001), a cidade é um local de encontros, conflitos e representações simbólicas. Ele destaca a necessidade de uma perspectiva crítica que

considerasse não apenas os aspectos físicos dela, mas também as dinâmicas sociais, políticas e culturais que a constituem. Em Lefebvre, o conceito de cidade desafia a visão tradicional e unidimensional da urbanização, promovendo uma compreensão mais holística e humanista do seu ambiente.

A zona citadina de Campos é um reflexo das confusas transformações históricas que moldaram o município ao longo do tempo. A atuação e, em alguns casos, a omissão do poder público desempenharam papéis cruciais na sua evolução. Políticas públicas de planejamento urbano nem sempre eficazes contribuíram para a configuração atual dessa localidade, caracterizada por uma diversidade de áreas urbanas, desde centros históricos até bairros periféricos. A ausência de um planejamento adequado muitas vezes resultou em áreas de vulnerabilidade social (FARIA, 2005) onde o acesso a serviços públicos de qualidade é limitado. Essas disparidades espaciais destacam a necessidade de políticas mais abrangentes e eficientes, capazes de promover um desenvolvimento equitativo e sustentável em toda a metrópole, a fim de melhorar a qualidade de vida de todos os seus habitantes.

Durante a formação da cidade na época colonial, o centro urbano representava o epicentro de todas as atividades vitais. Era nessa área que se concentravam as funções religiosas, políticas, administrativas, comerciais e judiciárias, consolidando-se como o coração pulsante do cotidiano da sua população. Controlar esse local não apenas conferia vantagens materiais tangíveis, mas também simbolizava o domínio sobre toda uma narrativa cultural e social. A presença em tal localização não apenas ditava o curso das transações comerciais e do governo, mas também influenciava profundamente a identidade e o significado da própria cidade. Em resumo, ele representava a mais pura encarnação desse perfil de vida no Brasil colonial onde se traçavam os rumos da história e da sociedade da época.

A elevação de Campos dos Goytacazes à categoria de município assinalou um importante capítulo em sua evolução. Esse marco ocorreu em um contexto histórico no qual o Brasil estava em processo de consolidação como nação independente após a Proclamação da Independência em 1822. A Villa de São Salvador foi elevada à categoria de cidade com o nome de Campos em 1835 (SOUSA, 2014). Na época, ela desempenhou um papel fundamental na região, sendo um centro administrativo e econômico primordial. Além disso,

vários dos municípios circundantes faziam parte de seu território demonstrando sua influência política e territorial na época. Esse período representou um momento crucial de transição e autonomia para Campos, firmando sua posição como um município de importância estratégica no estado do Rio de Janeiro.

Conforme abordado por Henri Lefebvre (2001), o conceito de centralidade é de extrema relevância para a compreensão da organização urbana, especialmente nas cidades brasileiras do século XIX. Nesse período, a região central delas desempenhava um papel fundamental como o epicentro das principais atividades e serviços. Abrigando instituições como delegacias, tribunais de justiça, igrejas e mercados, a área central não apenas servia como polo administrativo e comercial, mas também como símbolo da ordem e da coesão social. Essa centralidade de Lefebvre ilustra o valor histórico das zonas citadinas como locais de poder e identidade ao mesmo tempo que destaca a evolução da sua organização ao longo do tempo.

Essa dinâmica entre centro e periferia foi essencial na modelagem do espaço urbano de Campos dos Goytacazes. No decorrer da história, políticas de higienização e modernização na região central frequentemente resultaram na demolição de cortiços e moradias insalubres, desencadeando o deslocamento da classe trabalhadora e dos menos favorecidos para periferias distantes do centro (Faria, 2005). O processo de segregação espacial contribuiu para a construção de uma dicotomia entre áreas centrais, associadas à elite e ao poder, e periferias, onde a população de baixa renda acabou se concentrando. A relação Centro x Periferia moldou profundamente o tecido urbano de Campos, impactando o acesso aos serviços, às oportunidades e à qualidade de vida das comunidades nas diferentes regiões da cidade.

Campos passou a revelar uma dualidade na sua configuração urbana: um centro bem desenvolvido, higienizado e com uma estética mais voltada para a burguesia, contrastando com os bairros periféricos, que abrigavam uma população de trabalhadores de baixa renda e sofriam com a carência de saneamento e infraestrutura básica. No entanto, essa divisão social do espaço começou a sofrer mudanças nas primeiras décadas do século XX.

Nas metrópoles brasileiras, temos observado um notável deslocamento do eixo econômico, tradicionalmente localizado em suas áreas centrais históricas, para outras regiões, incluindo o surgimento de modernos centros

comerciais e de entretenimento, como shoppings. Essa transformação reflete não apenas mudanças na geografia econômica, mas também uma profunda evolução na economia das cidades. Antigamente, os centros urbanos históricos eram o núcleo das atividades comerciais e financeiras, mas, com o tempo, a expansão urbana e a crescente motorização levaram ao desenvolvimento de novos polos comerciais e financeiros nas periferias. Os shoppings, em particular, tornaram-se ícones desse novo cenário, abrigando uma variedade de lojas, restaurantes e serviços competindo com os negócios tradicionais do centro. Essa mudança na economia urbana não só reconfigurou o cenário comercial como também impactou a dinâmica social e cultural das cidades, influenciando a forma como as pessoas vivem, trabalham e interagem em seu ambiente.

A relação entre os espaços social e geográfico é, de fato, profundamente dialética, e ambas as dimensões têm um impacto significativo uma na outra. O espaço social, que envolve a interação das pessoas, comunidades e grupos sociais, influi diretamente a maneira como o espaço geográfico é moldado e utilizado. Por exemplo, os padrões de ocupação e uso da terra em uma cidade são sugestionados pelas necessidades e preferências da população, assim como pela distribuição de renda e poder. Ao mesmo tempo, esse espaço também desempenha um papel primordial na criação e manutenção das relações sociais. A infraestrutura de ruas, instalações e transportes públicos pode facilitar ou dificultar a interação entre as pessoas e comunidades. Além disso, sua geografia muitas vezes reflete e perpetua desigualdades sociais, com áreas segregadas ou negligenciadas servindo como exemplos claros.

Certamente, o deslocamento das regiões comerciais está ligado a uma série de desafios que afetaram a atratividade dessas áreas. A falta de infraestrutura adequada, transporte público insuficiente, problemas de estacionamento e a preocupação com a segurança foram fatores significativos que afugentaram parte do mercado consumidor das áreas centrais. Tais desafios muitas vezes resultaram em uma migração para, por exemplo, shopping centers onde a segurança e os serviços são frequentemente mais privatizados e controlados pelos empreendimentos.

Os referidos estabelecimentos oferecem uma experiência mais

controlada e conveniente para os consumidores, com estacionamento seguro, ampla variedade de lojas e entretenimento, além de vigilância privada. Essas características tornam os shoppings atraentes para famílias e consumidores em busca da segurança que a administração pública não tem conseguido oferecer no comércio de rua.

No entanto, essa transformação na dinâmica de consumo também levanta questões importantes sobre o desenvolvimento urbano, a preservação do patrimônio histórico e o acesso equitativo aos serviços para todas as camadas da população. A revitalização dos centros de comércio popular continua sendo uma preocupação em muitas cidades, com esforços para melhorar a infraestrutura, o transporte público e a segurança, a fim de oferecer e garantir condições para os comerciantes desenvolverem seus negócios nesses setores populares e revitalizar esses locais históricos como importantes polos econômicos para o desenvolvimento regional.

O mais notável é parte da população parecer ter adotado essa ineficiência como uma espécie de distintivo e criado uma divisão entre o público consumidor frequentador de áreas mais desenvolvidas e aquele que vai a locais carentes de investimento. Tal fato não apenas afeta o equilíbrio econômico da cidade, mas também ressalta as desigualdades e barreiras geográficas que podem existir em seu tecido social. A crítica reflete a necessidade de uma gestão urbana mais eficiente e equitativa, capaz de promover a prosperidade econômica e social em todas as áreas citadinas.

Em Campos dos Goytacazes, a disparidade entre a região central de comércio popular e outros núcleos comerciais, como o bairro Pelinca e os shopping centers, evidencia um forte impacto da globalização nas cidades brasileiras, conforme destacado por Manuel Castells (2002). A integração mundial econômica trouxe consigo a expansão de empresas multinacionais, transformando as cidades em centros de atividade financeira e de negócios globais. Por sua vez, isso gerou desafios, como a gentrificação de áreas urbanas, onde o aumento dos preços imobiliários expulsa moradores de baixa renda, e a fragmentação socioespacial, onde as referidas áreas são segregadas com base na classe social.

#### **4 O IMPACTO DA VIOLÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Ao longo de muitos anos, Campos enfrentou índices de criminalidade que impactaram negativamente a qualidade de vida de seus habitantes. Altas taxas de homicídios dolosos, roubos e outros delitos criaram sensação generalizada de insegurança na comunidade. Isso afetou diretamente a qualidade de vida das pessoas, gerando implicações diretas na economia local. Ocorreu uma fortificação do comércio onde alguns setores migraram para shoppings por proporcionarem maior segurança ao seu cliente. E observa-se uma negligência do governo municipal quanto à falta de políticas públicas que ofereçam condições essenciais para os empresários dos centros de comércio popular poderem desenvolver seus negócios. Esses requisitos cruciais envolvem desde uma série de serviços de transporte público eficiente a políticas eficazes de segurança pública.

A compreensão da evolução regional implica a necessidade de uma gestão eficiente dos fatores impulsionadores do desenvolvimento. Isso engloba a otimização da utilização de recursos disponíveis, o fomento da participação ativa dos diversos agentes envolvidos e, simultaneamente, a busca por estratégias que abordem os desafios decorrentes da dinâmica da economia global, especialmente quanto às disparidades espaciais. O progresso regional não é um processo homogêneo, e sua eficácia está intrinsecamente ligada à capacidade de aproveitar os recursos locais de maneira inteligente e sustentável. Isso envolve a promoção de setores econômicos alinhados com as potencialidades da região, bem como a implementação de políticas que estimulem o empreendedorismo e a inovação.

Entretanto, a dinâmica da economia globalizada impõe desafios adicionais. As disparidades espaciais, onde determinadas regiões concentram mais recursos e oportunidades do que outras, são capazes de aprofundar as desigualdades socioeconômicas. Nesse contexto, é necessário adotar abordagens específicas atuantes na redução dessas desproporções, garantindo o desenvolvimento mais equitativo e inclusivo. E a falta de segurança pública em Campos dos Goytacazes tem sido uma característica muito explorada pela mídia e em pesquisas de agências de segurança pública, podendo, direta e indiretamente, ter um forte impacto no desenvolvimento regional.

O Mapa da Violência de 2016 revela uma preocupante realidade ao ocupar a 6ª posição no ranking da violência entre 84 municípios analisados. O estudo, concentrado na evolução dos homicídios por arma de fogo e destinado a municípios com mais de 10 mil habitantes, sublinha a complexidade do cenário de segurança pública enfrentado por essa comunidade, destacando a necessidade de ações e políticas que busquem mitigar esse desafio e promover uma transformação positiva na dinâmica urbana (ATLAS BRASIL, 2015).

Outras publicações geraram forte visibilidade na mídia e no compartilhamento em redes sociais, como aponta Soares (2018, p. 31):

Em sete de junho de 2017, o jornal online O Globo, publicou uma matéria especial de três páginas intitulada: Eldorados do estado não brilham mais. Desemprego e violência assolam cidades que tiveram anos de prosperidade no Rio. Essa matéria trata do período de crise financeira que atingiu algumas cidades do estado do Rio em meados de 2015, após um período de muita prosperidade econômica e grande arrecadação de royalties. Fernando Gabeira apresenta em junho de 2017, uma reportagem ao canal televisivo G1 onde apresenta Campos como uma cidade proporcionalmente mais violenta que a do Rio de Janeiro, não apresenta fontes estatísticas dos dados apresentados, porém analisa questões relacionadas aos conjuntos habitacionais precários, falta de acesso da população aos serviços públicos, falta de empregos e a crise do petróleo como possíveis causas dos altos índices de criminalidade. A reportagem coloca em pauta nacional os índices de violência da cidade. Tal repercussão associada as matérias jornalísticas locais pode indicar uma tentativa de construção do problema público relacionado ao alto nível de letalidade em Campos.

O impacto da mídia na segurança pública é um fenômeno de considerável relevância, sugestionando significativamente a percepção da sociedade sobre a criminalidade e a eficácia das políticas de segurança. Os veículos de comunicação desempenham um papel fundamental na construção da realidade social, pois são responsáveis por disseminar informações, narrativas e imagens que moldam a maneira como as pessoas percebem o ambiente onde vivem. Quando se trata da segurança pública, eles com frequência enfocam casos de crimes violentos, destacando incidentes chocantes e dramáticos, contribuindo, dessa forma, para a amplificação do medo e da sensação de insegurança entre a população.

Além disso, a cobertura midiática tende a concentrar-se em áreas

urbanas com altas taxas de criminalidade, podendo estigmatizar bairros inteiros e reforçar estereótipos negativos sobre determinadas comunidades. É plausível esses posicionamentos trazerem implicações diretas aos moradores dessas áreas, tornando mais difícil seu acesso a oportunidades econômicas e sociais. Portanto, a mídia torna-se capaz tanto de desempenhar um papel construtivo ao informar e responsabilizar as autoridades quanto de contribuir para a disseminação do medo e da estigmatização de comunidades.

Nesse período definido pelo aumento da violência na cidade de Campos, são constatadas outras marcas negativas em índices que também impactam no desenvolvimento regional. A divulgação das notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb (IDEB, 2017) revelou um cenário preocupante para Campos dos Goytacazes. O município, que já havia enfrentado dificuldades no passado, voltou a regredir nas avaliações — ocupando a 79ª posição entre os 92 municípios fluminenses analisados — no que diz respeito às turmas de 5º ano do ensino fundamental. Sua média atingiu 4,6, alcançando exatamente a meta projetada pelo Ministério da Educação (MEC) para 2017, apresentando, no entanto, uma redução de 0,4 pontos em relação ao período anterior.

Nas séries finais, correspondentes às turmas de 9º ano, a situação também demonstrou queda no desempenho, com Campos ocupando a 76ª posição obtendo uma média de 3,5. Essa situação salientou a necessidade de um enfoque renovado nas políticas educacionais e de um compromisso conjunto entre a comunidade escolar e os gestores públicos para enfrentar os desafios que impactam a qualidade da educação no município. Sua melhoria é crucial para os desenvolvimentos humano e socioeconômico da região.

A coleta de dados censitários desempenha uma função relevante na compreensão dessas dinâmicas sociais, econômicas e demográficas, permitindo aos pesquisadores, gestores públicos e acadêmicos avaliarem tendências, identificarem problemas e desenvolverem estratégias baseadas em informações concretas. A ausência de dados no Censo de 2022 (IBGE, 2022) representa um desafio significativo para as análises e pesquisas dependentes dessas informações. Por consequência, não foi possível acompanhar os últimos números do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), porém, até o Censo 2010 (IBGE, 2010), a cidade de Campos dos Goytacazes evidenciava

uma significativa queda nesse índice.

O IDHM é uma medida abrangente e relevante que busca avaliar o desenvolvimento humano nos municípios, estados e países. Elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDHM considera três dimensões fundamentais: saúde, educação e renda. Cada uma delas é avaliada com base em indicadores específicos, como expectativa de vida ao nascer, taxa de escolaridade e renda per capita.

O Índice é uma ferramenta valiosa para a compreensão das disparidades regionais e a análise das condições de vida das populações em diferentes localidades. Ele permite identificar áreas onde as políticas públicas precisam ser intensificadas para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Além disso, o IDHM é frequentemente utilizado para comparar o desenvolvimento humano entre diferentes países e regiões ajudando a destacar desafios globais e nacionais em termos de bem-estar humano.

Na conjuntura brasileira, a medida tem sido amplamente utilizada para monitorar o progresso socioeconômico dos municípios e estados. Essa ferramenta proporciona aos gestores públicos, pesquisadores e à sociedade em geral avaliarem o impacto das políticas públicas e identificarem áreas que necessitam de maior atenção. Ela também desempenha um papel importante na promoção da equidade e no combate às desigualdades regionais, pois destaca as disparidades no desenvolvimento humano dentro do País.

No decorrer das últimas décadas, o Índice de Campos dos Goytacazes apresentou uma trajetória merecedora de atenção. Em 1991, o município ocupava a 710<sup>a</sup> posição no ranking do IDHM, refletindo desafios e oportunidades em termos de desenvolvimento humano. No Censo de 2000, ele desceu para o 1220<sup>o</sup> lugar, indicando uma complexa dinâmica econômica e social.

Entretanto, no Censo de 2010 (IBGE, 2010), o município enfrentou um novo desafio ao se situar em 1427<sup>o</sup> no ranking. Essa variação nas posições do IDHM ao longo dessas décadas mostra a necessidade de um olhar crítico e estratégico sobre as políticas públicas locais, buscando entender as causas dessas mudanças e adotando medidas que promovam o bem-estar da população e reduzam as desigualdades socioeconômicas. O acompanhamento desse Índice é fundamental para a elaboração de políticas mais eficazes e

inclusivas, visando a melhoria das condições de vida da população de Campos.

No contexto do ranking de população dos municípios do estado do Rio de Janeiro, Campos se destaca ao ocupar a 5ª posição, reforçando sua relevância no cenário estadual. Além disso, o município ocupa a 19ª colocação na Região Sudeste e a 42ª na esfera nacional, evidenciando seu papel como um dos centros urbanos mais significativos do País (IBGE, 2020).

O salário médio mensal dos trabalhadores formais em Campos dos Goytacazes, em 2021, era de 2.3 salários mínimos, o que destaca o município como um polo econômico relevante. Ao compararmos essa métrica com outros municípios do País, Campos ocupava uma condição significativa, figurando em 958º lugar entre os 5.570 municípios brasileiros. No âmbito estadual, ele mantinha sua relevância ao se posicionar em 20º entre os outros 92 do estado do Rio. Além disso, quando analisamos a região geográfica imediata, Campos assumia a 2ª colocação entre os municípios, ressaltando seu papel como centro econômico regional e local de oportunidades de trabalho. Esses dados representam a dinâmica econômica do município em comparação com outros locais do País e do estado, destacando seu papel no cenário socioeconômico.

Em 2021, Campos dos Goytacazes contava com uma população ocupada de 96.078 pessoas, refletindo sua importância como polo de atividade econômica. Ao compararmos esse indicador com outros municípios em nível nacional, a cidade atingia a 79ª posição entre os 5.570 municípios brasileiros, evidenciando seu papel dinâmico no mercado de trabalho do País. No contexto estadual, Campos mantinha sua relevância ao assumir o 7º lugar entre os 92 municípios do estado. Além disso, quando consideramos a região geográfica imediata, o município era o primeiro tanto em nível local quanto regional, destacando-se como o núcleo da atividade ocupacional na área. Esses números demonstram a expressiva presença de mão de obra na cidade, consolidando-a como um importante centro de emprego e oportunidades profissionais.

A análise dos dados econômicos gerais de uma cidade por vezes revela uma realidade possivelmente enganadora e até mesmo simplista em sua avaliação. Embora indicadores macroeconômicos como o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda per capita possam apontar para um quadro de crescimento econômico aparentemente saudável, esses números frequentemente mascaram as complexas disparidades que permeiam o tecido urbano.

É notório o desenvolvimento econômico muitas vezes não se traduzir igualmente em todos os cantos de uma cidade. Concentrações específicas de riqueza são capazes de esconder profundos contrastes, onde bairros inteiros podem experimentar o abandono econômico e social. Esta realidade torna-se especialmente evidente quando se observa o sucateamento de centros históricos urbanos, que, embora tenham desempenhado um papel crucial na construção da identidade cultural de uma cidade, muitas vezes sofrem com a falta de investimento e de atenção por parte das autoridades públicas.

O Centro de Campos, região histórica que abriga o comércio popular, sendo também culturalmente parte enriquecedora da cidade, torna-se um microcosmo das complexas dinâmicas do desenvolvimento econômico e da segurança pública. Apesar de vital na história da sua vida urbana contribuindo para a identidade cultural da cidade, essa área não está isenta das disparidades características de muitos centros urbanos brasileiros. O crescimento econômico muitas vezes se concentra em determinados setores da cidade enquanto outros experimentam o abandono econômico e social. No caso do Centro de Campos, o comércio popular prospera lado a lado com as crescentes preocupações em relação à segurança pública. A mídia, por vezes, amplifica as notícias de roubos e crimes, contribuindo para a criação de uma narrativa de insegurança, passível de afetar negativamente a dinâmica econômica e social da região.

Além disso, os mercados populares, que historicamente serviram como centros econômicos vibrantes para as comunidades locais, enfrentam ameaças crescentes de um fim, devido à concorrência de grandes redes de varejo e à negligência do poder público. Esses espaços, habituais centros de troca cultural e econômica, agora lutam para sobreviver em um ambiente onde a pressão por desenvolvimento econômico muitas vezes ignora tal importância cultural e social.

Portanto, a análise dos indicadores econômicos deve ser complementada por uma avaliação mais aprofundada das realidades locais levando em consideração fatores como distribuição de renda, acesso a serviços públicos, qualidade do ambiente urbano e inclusão social. Somente ao reconhecer e abordar essas disparidades, as políticas públicas poderão ser direcionadas de maneira eficaz, para promover um desenvolvimento urbano verdadeiramente equitativo, preservando e revitalizando os centros históricos e

mercados populares, que desempenham uma função vital na construção da identidade e da coesão social das cidades.

Uma das medidas mais cruciais e impactantes adotadas pelas políticas públicas de segurança em Campos dos Goytacazes é o compromisso de aumentar substancialmente os recursos destinados ao policiamento e à infraestrutura de segurança. Esse comprometimento abrange não apenas o aumento do efetivo policial, mas também a modernização completa dos equipamentos e aprimoramento significativo nas instalações das delegacias. O objetivo central é elevar consideravelmente a capacidade das forças de segurança para prevenir e combater o crime de maneira mais efetiva, promovendo uma comunidade mais segura e tranquila para todos os indivíduos.

O investimento no aumento do efetivo policial é estratégia que visa a presença policial constante e visível nas áreas de maior vulnerabilidade. Isso promove a sensação de segurança entre os moradores, inibindo a atividade criminosa. Ademais, os contínuos treinamento e capacitação dos policiais são priorizados no intuito de garantir seu bom preparo para enfrentar os desafios da segurança moderna, incluindo a criminalidade cibernética e o combate ao tráfico de drogas.

A modernização dos equipamentos é parte fundamental desse esforço. A atualização de viaturas, armamentos, sistemas de comunicação e tecnologia de investigação permite que as forças de segurança estejam à altura das demandas em constante evolução. Isso não só melhora sua eficácia como também permite respostas mais rápidas e precisas a incidentes, garantindo a segurança dos cidadãos e a resolução eficiente de casos criminais.

O programa “Segurança Presente”, implementado pelo governo do estado do Rio de Janeiro, apresenta-se como uma iniciativa estratégica para promover maior segurança pública em áreas selecionadas caracterizadas por alta circulação de pessoas e atividades comerciais. Esse programa busca, primordialmente, melhorar a sensação de segurança e reduzir os índices de violência nesses locais. Uma característica substancial dele é o envolvimento de agentes de segurança pública com opção de trabalhar em seus horários de folga, recebendo uma remuneração adicional atrativa. Dentro dos limites legais, essa prática otimiza o efetivo policial disponível e proporciona uma fonte de renda extra para esses profissionais.

Os resultados obtidos nas áreas abrangidas pelo “Segurança Presente” são notáveis, com uma significativa redução nos índices de violência. Isso não só contribui para a melhoria da segurança pública como cria um ambiente propício para o florescimento das atividades comerciais. O desenvolvimento econômico dessas regiões é estimulado, pois a sensação de proteção atrai mais frequentadores e investidores, fortalecendo a economia local.

Os últimos números da violência em Campos divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) são promissores em alguns índices. O ISP é o órgão responsável pela consolidação e divulgação das estatísticas oficiais relativas à segurança pública de acordo com o Decreto Estadual n.º 36.872, de 17 de janeiro de 2005. Os números do Instituto são provenientes dos registros de ocorrência policiais da Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL) e passam por processo de revisão da Corregedoria Geral da Polícia Civil (CGPOL) e por tratamento estatístico realizado pelos técnicos do ISP. Nas estatísticas do Instituto, o crime de feminicídio está contido no indicador de homicídio doloso. Além disso, os números referentes aos meses mais recentes podem estar sujeitos à alteração, devido ao processo de julgamento de recursos previsto no Art. 3º da Resolução SESEG n.º 932, de 19 de fevereiro de 2016. Uma vez finalizado o processo, são publicadas trimestralmente as retificações e atualizados os números.

Uma comparação dos números de homicídios dolosos em Campos com os dados de outras regiões revela melhoria significativa na segurança pública. Em 2022, a cidade registrou 120 homicídios dolosos, com uma taxa de 26 por 100 mil habitantes. Em contraste, a média do interior do estado do Rio de Janeiro no mesmo período foi de 1.092 homicídios dolosos, com uma taxa de 21,7 por 100 mil habitantes. Esse paralelo ressalta o destaque regional da cidade, salientando a eficácia das políticas de segurança implementadas.

Uma das implicações mais imediatas e de amplo alcance na redução dos homicídios dolosos é a diminuição significativa da violência, o que gera uma cascata de efeitos positivos na sociedade. Sua queda não se limita aos números estatísticos, ela tem também um impacto profundo na sensação de segurança da população, permeando várias esferas da vida cotidiana e transformando positivamente a comunidade em múltiplos aspectos.

Quando os cidadãos se sentem mais protegidos em seus ambientes,

ocorre mudança significativa em seus comportamentos e atitudes. As pessoas tornam-se mais propensas a sair de casa, para participar de atividades sociais, culturais e econômicas. A retomada da vida noturna, a frequência a parques, praças e espaços públicos, bem como o apoio a eventos comunitários tornam-se mais comuns. Isso, por sua vez, fortalece os laços sociais, promove a coesão comunitária e melhora a qualidade de vida dos residentes.

Além disso, a sensação de segurança influencia positivamente nas decisões de investimento. Empreendedores locais se sentem mais encorajados a abrir negócios, criando empregos e estimulando a economia. A confiança na estabilidade do ambiente empresarial atrai investidores externos, favorecendo o crescimento econômico da região. A consequente expansão das oportunidades de trabalho beneficia diretamente a população, reduzindo a pobreza e aumentando a prosperidade geral.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O fenômeno da violência urbana é uma questão complexa e multifacetada que afeta profundamente a sociedade contemporânea. Neste estudo, exploramos diversas dimensões desse desafio, desde suas raízes históricas até as implicações contemporâneas nas metrópoles brasileiras, com foco especial em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, pudemos constatar que tal comportamento criminoso não pode ser compreendido isoladamente, mas sim como parte de um sistema socioespacial dinâmico. Elementos como a economia liberal globalizada e a cidade como modelo ambiental hegemônico desempenham papéis cruciais na sua perpetuação. Outrossim, a presença da violência urbana tem impactos profundos nas cidades, influenciando não apenas a segurança pública, mas também a economia, a cultura e a psicossocial dos indivíduos. Por sua vez, elas respondem a essa realidade de formas diversas, com políticas públicas que buscam mitigar seus efeitos.

No contexto de Campos, examinamos como ela enfrentou desafios significativos relacionados à urbanização acelerada, refletindo-se em problemas como a ocupação desordenada de áreas citadinas e a falta de planejamento urbano adequado. Esses desafios geraram áreas de

vulnerabilidade que, por sua vez, contribuíram para a incidência de atividades criminosas. No entanto, também observamos esforços no sentido de promover a segurança e o desenvolvimento regional, como o programa “Segurança Presente”, que demonstrou ser eficaz na redução dos índices de violência e na promoção do desenvolvimento econômico em áreas estratégicas da região aqui estudada.

Em suma, a violência urbana é um fenômeno intrincado, exigindo uma abordagem multidisciplinar e a colaboração de diversos setores da sociedade. Entender suas causas, seus impactos e potenciais soluções é fundamental para construir cidades mais seguras e prósperas no Brasil e no mundo. Este estudo oferece uma contribuição para essa compreensão e destaca a importância de políticas públicas visando a segurança, assim como contribuindo para o desenvolvimento regional.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. *In*: MICELLI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002**. São Paulo/Brasília: Anpocs/Sumaré/Capes, 2002.

ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Campos dos Goytacazes: Prefeitura, 2015.

CALDEIRA, T. **Cidade de Muros**. Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FARIA, T. P. Configuração do espaço Urbano da Cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: USP, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010. **IBGE**, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/apresentacao.html>. Acesso em: 2 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022. **IBGE**, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/conhecendo-o-brasil.html>. Acesso em: 2 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).  
População: Censo Demográfico. **IBGE**, 2020. Disponível em:  
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-2020-censo4.html>. Acesso em: 30 maio 2022.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

HOBBS, T. **Leviatã**. Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. (Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva). 3. ed. São Paulo: AbrilCultural, 1983.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB). **Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Centauro, 2001.

ODON, T. I. Segurança pública e análise econômica do crime: o desenho de uma estratégia para a redução da criminalidade no Brasil. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, v. 55, n. 218, p. 33-61, abr./jun. 2018. Disponível em: [http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/55/218/ril\\_v55\\_n218\\_p33](http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/55/218/ril_v55_n218_p33)

PEDRAZZINI, Y. **A violência das cidades**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PINHEIRO, P. S.; ALMEIDA, G. de A. **Violência urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2017.

SOARES, V. F. da M. dos S. **“Violência urbana”**: vozes de familiares de vítimas em Campos dos Goytacazes/RJ. 2018. 74f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2018.

SOUSA, H. **Cyclo Aureo: História do 1º Centenário de Campos**. Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia, 2014.

SOUZA, J. de; TERRA, D. C. T. Indústria petrolífera, mercado de trabalho e nível de dependência da mão de obra exógena nos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos, RJ. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 123-143, 2015.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000300002>. Acesso em: 18 set. 2023.